



ESTADO E COMUNICAÇÃO SOCIAL: A INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO – UMA CONSTRUÇÃO PERMANENTE E DIALÉTICA

STATE AND SOCIAL COMMUNICATION: THE INFLUENCE ON BRAZILIAN SOCIAL DEVELOPMENT - A PERMANENT AND DIALECTICAL CONSTRUCTION

Roberto de Paula¹
Kátia de Oliveira da Silva²

RESUMO

O objetivo do presente trabalho cinge-se a analisar e problematizar algumas temáticas que envolvem o estado, sociedade e tecnologias, levando em consideração o contexto global atual e o debate sobre a construção nacional no Brasil. Metodologicamente, opta-se por dividir o estudo em dois tópicos temas distintos: (1) a questão da comunicação e o seu uso instrumental pelos países ou classes dominantes; e, (2) a problematização que envolve estado e sociedade brasileira diante do desafio estrutural do debate acerca de um projeto nacional de desenvolvimento social. Conclui apontando o papel ambivalente que os meios de comunicação social podem representar, pois, de um lado podem ser instrumentalizados por uma classe social para manter outra sob seu domínio, de outro, podem potencializar espaços de fluxo de informação e a organização de teias ou redes alternativas capazes de agregar forças sociais num processo de transformação da realidade presente.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Meios de Comunicação Social. Sociedade. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The objective of the present work is to analyze and problematize some themes that involve the state, society, and technologies, taking into consideration the current global context and the debate on nation building in Brazil. Methodologically, it is opted to divide the study into two distinct thematic topics: (1) the issue of communication and its instrumental use by countries or dominant classes; and, (2) the problematization involving state and Brazilian society in the face of the structural challenge of the debate about a national project of social development. It concludes by pointing out the ambivalent role that the media can represent, since, on the one hand, it can be used by a social class to keep another under its domination, and, on the other hand, it can potentiate spaces of information flow and the organization of webs or alternative networks capable of aggregating social forces in a process of transformation of the present reality.

KEYWORDS: State. Mass Media. Society. Development.

¹ Roberto de Paula. Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia/ Campus de Cacoal. E-mail: roberto.paula@unir.br.

² Kátia de oliveira da Silva. Professora. Mestranda da Universidade Interamericana do Paraguay. E-mail: oliveirakatia657@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda pontos de intersecção entre estado e novas tecnologias, bem como problematiza essas duas temáticas, de modo concreto, no atual momento da sociedade brasileira. Vale assinalar que o texto não tem a preocupação em fazer um sobrevôo pela história, visto a brevidade do mesmo e o objetivo deste, que é problematizar o papel exercido pelos meios de comunicação social e, questionar se essa importância incide ou não no debate brasileiro sobre o que os sociólogos denominam de debate sobre a construção ou reconstrução nacional.

No cenário da chamada "globalização", que justifica as opções dos temas escolhidos para o artigo, a discussão acerca do papel do estado na condução dos destinos da sociedade emerge com força e vitalidade. Assim, no caso específico do Brasil, abre-se tarefa árida e difícil, porém necessária, em que o foco se desloca para as bases macroeconômicas de um determinado plano econômico (Plano Real) como se tivesse o poder de debelar todos os graves problemas sociais experimentados com cada vez mais agudeza. No calor do debate o papel dos meios de comunicação social ou de massa tem relevância. Nesse passo, podem potencializar um papel transformador, reacionário, reformista ou conformador da vontade da classe dominante.

Didaticamente, buscar-se-á problematizar os temas articulados em dois momentos distintos: no primeiro, dentre outras possíveis variáveis de análises, focou-se estritamente nos meios de comunicação social e no uso destes como instrumento para a manutenção do domínio ou imposição de um país sobre outros externamente (imperialismo) ou, ainda, numa dimensão interna, como uma classe dominante pode manipular os meios e as informações para a manutenção do que está estabelecido (*stablichment*); no segundo momento, propor-se-á a discussão ou rediscussão envolvendo o estado e a sociedade brasileira diante das transformações experimentados pela nova ordem global, qual seja, saber se há uma viabilidade de um amplo debate sobre a construção nacional de um projeto de desenvolvimento social.

O pano de fundo da discussão levantada, a partir de alguns fundamentos verificados no processo histórico brasileiro, gira em torno da possibilidade ou não de alternativa propriamente dita, de uma construção de projeto nacional de desenvolvimento social que pode ser nominado de "a opção brasileira".

Embora não seja simples a discussão, pois passa pela construção de um plexo de informação, pela abertura de uma ampla participação da sociedade e pela valorização da

atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, enfim passa pelo confronto o poder estabelecido, que possui, a priori, o monopólio de acesso e difusão via meios de comunicação de massa. Assim, a abertura de um debate de construção nacional significaria ativar uma teia ou rede de informações de grupos com objetivo de potencializar forças discursivas capazes de enfrentar a hegemonia vigente.

2. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA COMO APARATO DO IMPERIALISMO: INFLUÊNCIA E DOMINAÇÃO

É pacífico que os meios de comunicação de massa exercem um fascínio extraordinário e ideológico, servindo como instrumento a serviço de uma ideologização capaz de moldar consciências, impor comportamentos e determinados padrões sociais e morais.

O uso maximizado dos meios de comunicação de massa é empregado como técnicas e mecanismos disciplinadores garantidores da conformidade de comportamentos dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios aprioristicamente definidos. Assim, consolida-se a ideia de uso das novas tecnologias de comunicação social por parte do sistema econômico vigente.

Neste passo, o papel dos meios de comunicação de massa, dentro de um determinado país, é o de legitimar a dominação de uma classe sobre as outras, assim também, entre diversos países, eles servem como legitimadores do imperialismo de um país sobre outro.

Trata-se de técnica de técnica descrita pela Sociologia como “controle social”, descrita de modo claro e distinto por Karl Mannheim como “o conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”.³

Desta forma, a teoria universal da produção e recepção dos meios de comunicação tem que ser completada com outra teoria especial, que relacione os meios com as condições específicas de países dominados ou dependentes, à sobrevivência da tradição oral, e à presença de uma cultura de metrópole estranha.

Neste sentido, muito oportuna a consideração de Löwy acerca da compreensão da ideologia em determinada sociedade ou cultura como agente estabilizador e garantidor de

³ MANNHEIM, Karl. Sociologia sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1971, p. 178.

uma ordem que quer se impor: “[...] ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida[...]”.⁴

Os meios de comunicação de massa foram introduzidos em sociedades, em que a defasagem entre os intelectuais sofisticados e os setores menos educados, e, frequentemente analfabetos, era de uma distância abissal entre ambos. Assim, o uso instrumental dos meios de comunicação serviu para implantar valores imperialistas. Desta forma, se deu conta que o fluxo livre de informação, através dos meios de comunicação, poderia e deveria ser um fator de encorajamento de atitudes produtivas, padrões sociais e novos costumes.

Neste passo, o uso instrumental dos meios de comunicação aprimorou-se pela transmissão via satélite, produção de programas educacionais em massa para países e regiões inteiras do mundo, a substituição de notícias locais importantes por notícias internacionais ideologicamente feitas ou apresentadas, principalmente como lazer, tudo isso mostra uma dimensão qualitativa nova, assumida decididamente pelos países imperialistas para novas situações.

Não é difícil concluir que os meios de comunicação influenciaram sobremaneira não só o cotidiano, mas uma tábua de valores da sociedade atual que perpassa as mais importantes dimensões da vida. Trata-se de uma gradual e consistente substituição da escola e da religião como aparato ideológico de estado dominante e como instrumentos eficientes do imperialismo, para o reforço e perpetuação da condição de dependência no interior mesmo das inteligências e da alma dos dominados e colonizados.

Para camuflar a função contrarrevolucionária que o imperialismo coloca nos meios de comunicação e na tecnologia das comunicações e, conseqüentemente, nas mensagens de sua cultura de massa, transformou os meios de comunicação em agentes revolucionários, e o fenômeno moderno da comunicação foi transformado numa revolução. De fato, um dos primeiros passos da revolução tecnológica constituiu na colaboração, de maneira universal e absoluta, com governos autoritários e na implantação de regimes que, mesmo sob a alcunha de revolucionários e democráticos, laboraram em desfavor da participação popular e da cidadania.

Desta forma, há um fetiche que envolve o uso dos meios de comunicação e sua

⁴ LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008, p.13.

promoção à função de agente de novos processos sociais e fenômenos, mas que esconde, de uma maneira extremamente ágil e sutil, tanto a identidade de seus manipuladores, como a funcionalidade das ideias e imagens que esses manipuladores espalham e propagam em desfavor do sistema social que eles patrocinam.

Theodor Adorno, na *Dialética do Esclarecimento*, já revelava os contornos ideológicos por meio da manipulação do rádio e cinema nestes termos:

A unidade visível de macrocosmo e de microcosmo mostra aos homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular. Toda a cultura de massas em sistema de economia concentrada é idêntica, e o seu esqueleto, a armadura conceptual daquela, começa a delinear-se. Os dirigentes não estão mais tão interessados em escondê-la; a sua autoridade se reforça quanto mais brutalmente é reconhecida. O cinema e o rádio não mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade de que nada são além de negócios lhes serve de ideologia. Esta deverá legitimar o lixo que produzem de propósito. O cinema e o rádio se auto definem como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores - gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos.⁵

Em meio às considerações sobre uma estratégia imperialista de dominação e o indelével papel exercido pelos meios de comunicação de massa, que dentre outras consequências, influencia a consolidação ou a cristalização de determinados valores culturais, emerge um questionamento acerca do papel do Estado, da existência ou não, da possibilidade ou não de se falar e se considerar a viabilidade de um projeto nacional frente às investidas imperialistas, como clara opção popular de inclusão social, de promoção da dignidade humana e dos valores inerentes.

Concretamente: trata-se de problematizar se há, para o Brasil, condições econômica, sociais e políticas de se pensar num projeto nacional ou numa livre “opção brasileira” perante países imperialistas e perante os blocos econômicos, ou necessariamente há que se pensar numa integração latino-americana nos moldes da adoção de medidas inspiradas na tentativa da União Europeia?

3 DO PAPEL ENCOBRIDOR DO DISCURSO À PROPOSITURA DE UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

De início, cabe assinalar a constatação de que nos últimos anos foram profundamente alterados os termos que organizam o debate político e cultural no Brasil. Há uma tendência

⁵ ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. Tradução Juba Elisabeth Levy. São Paulo Paz Terra, 2002, p. 11.

de fortalecimento da ideia de que não há mais a possibilidade de um desenvolvimento em bases nacionais, a saber de um projeto brasileiro de desenvolvimento das condições materiais de reprodução da vida em todas as suas dimensões.

Em boa medida, cabe assinalar que os meios de comunicação são instrumentalizados como “caixa de ressonância” do discurso construído com a finalidade de afirmação da impossibilidade da construção de alternativas nacionais ao modelo de desenvolvimento atual, pautado no capital especulativo e na primazia das empresas multinacionais.

Neste sentido, o enfrentamento direto da questão social foi remetido a um futuro longínquo, cheio de precondições apriorísticas. Dramaticamente, alguns temas cruciais afetos à sociedade, tais como: a aceleração do desenvolvimento; a diminuição das desigualdades regionais; a construção da identidade cultural, a integração regional da América Latina como um todo, deixaram de ser considerados relevantes. No palco das disputas discursivas, até o sentido da palavra "reforma" foi invertido.

Vale dizer que os temas importantes para o desenvolvimento de um projeto nacional foi relevado a um assunto já resolvido, como impropriedade para ser debatido na arena da sociedade. Assim, as inflexões (e não reflexões) decisivas, complexas, altamente polêmicas, foram apresentadas à opinião pública de forma simplória, como fatos consumados, cujas consequências de longo prazo sequer precisam ser objeto de reflexões cuidadosas. Como prática, tornou-se norma desqualificar o debate antes dele mesmo existir. Diante da imposição do pensamento único e dominante, as indagações passam a ser construídas de modo a confiscar a possibilidade de alternativas ao modelo atual, para depois lamentar-se cinicamente a ausência dessas alternativas.

Por óbvio, nesse ambiente, a mediocridade se move com altivez espantosa, cada vez mais arrogante e orgulhosa de si. Isso atinge de forma caricata a "ciência econômica", simulacro do sistema de reprodução da vida material, que abandonou sua condição de ciência social e sua profunda ligação com a história, para se reduzir a uma técnica de administração de negócios e interesses privados.

Tudo converge para se sentir às avessas o sentimento de que o Brasil era viável e se encaminhava para um futuro melhor. A imagem de um país do futuro deu lugar à de um país bloqueado, cuja construção se esgotou sem se ter completado nos anos 80. Essa desvalorização sistemática do “ser brasileiro”, enquanto sociedade e tábua de valores socioculturais, que já se tornou uma patologia, traz embutida a ideia de que a construção histórica de um projeto verdadeiramente brasileiro não tem mais viabilidade ou razão de ser.

Como consequência, verifica-se que a sociedade brasileira, dotada de tamanho potencial deposita, utopicamente, toda esperança de desenvolvimento social num plano econômico anti-inflacionário, como se tivesse o condão de solucionar todos os problemas enfrentados interna e externamente. Aliás, vive-se, na atualidade sob a égide de um plano, cujos limites todos pressentem, sem a vitalidade de impulsionar o país para um salto de qualidade da vida econômica da Nação.

Soa pouco fecundo fazer memória do debate intelectual verificado até os anos 60, e, até mesmo impossível pela brevidade deste trabalho, pois, voltado para compreender o sentido da formação histórica do país e as condições de modernização do país⁶. Paradoxalmente, o Brasil de hoje, dotado de uma economia mais poderosa, de uma academia mais consolidada e de uma imprensa mais desenvolvida, parece ser mais incapaz de pensar-se. Há uma espécie de limite epistemológico imposto que impede as nações (latinoamericanas, sobretudo) de um posicionamento mais altivo diante do cenário mundial, uma espécie de “síndrome” de subdesenvolvimento ou de dependência (teoria da dependência).

Na contramão da dependência estrutura-se uma propositura pautada na ideia de desenvolvimento nacional que pode ter alcance regional. Assume-se como conceito de desenvolvimento, aquele descrito por Celso Furtado, como:

[...] esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem estar de uma população com crescente homogeneização social. Contrariamente, a noção de subdesenvolvimento advém de situações em que aumentos de

⁶ Márcio Pochmann enumera as três reformas que não foram realizadas e poderia acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro, nestes termos: "Ao não promover a reforma agrária, o Brasil estimulou o êxodo rural, trazendo para as cidades parte significativa da pobreza rural. Cem milhões de brasileiros deixaram o campo e incharam as cidades de hoje, o que condenou esses brasileiros a uma vida de grandes sacrifícios. Não tivemos como atendê-los satisfatoriamente quanto ao sistema educacional, de saúde e habitacional, incluindo aí o saneamento. A reforma agrária é um princípio básico do capitalismo que democratiza a cidade. Ao não fazer avançar a reforma tributária, um dos ditames fundamentais para o desenvolvimento, penalizaram-se os pobres, os que mais pagam impostos no país. Aqueles que dirigem mais críticas ao sistema tributário hoje são os que menos desembolsam. Não temos um sistema tributário adequado aos ricos, que se valem de brechas identificadas por especialistas em contencioso fiscal e acabam pagando muito menos. Portanto, o fato de não termos feito a necessária reforma fiscal fez com que a arrecadação geradora do fundo público recaísse justamente sobre os pobres, os que menos têm acesso às políticas públicas financiadas por tributos. A terceira reforma não promovida, a social, caso fosse realizada, permitiria a criação de um Estado de bem-estar social, como nos países desenvolvidos, um Estado republicano, que universalizasse a educação, a saúde e o sistema de transportes". (POCHMANN, Márcio. O desenvolvimento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011).

produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação no nível de vida médio da população.⁷

Doutro lado, os integrantes da coalizão dominante são cegos para as consequências do sistema que representam. Vale assegurar que isso não significa o desconhecimento dos impactos das “medidas de austeridades” impostas aos países dominados. Sua forma de ver a sociedade pelo viés de variáveis altamente selecionadas como o desempenho das bolsas de valores, a entrada de capital estrangeiro, as oportunidades de negócios, oculta um sofrimento humano crescente em escala cada vez mais assustadora.

Assim, enquadrada em seus termos e no modo de vida que propõem, a pluralidade da experiência humana se transforma em simulacros. A liberdade se reduz ao seu precário travestimento encontrado no mercado capitalista, tais como a liberdade reduzida a comprar e vender, a cultura se transformada em mercadoria da indústria do entretenimento, as pessoas passam a ser mensuradas pelo “ter”. Diante dessa visão minimalista e dominante, o desenvolvimento nada tem a ver com uma existência melhor.

Até mesmo entre os intelectuais, feitas as devidas exceções, floresce um reacionarismo ilustrado narcisista, rigorista, formalista e excludente. Historicamente, a dissolução do movimento estudantil como algo vivo facilitou a ascensão de uma teoria acadêmica erudita, reacionária, pouco ousada, avessa aos riscos inerentes a qualquer posicionamento crítico, sempre pronta a encobrir com intermináveis citações a preguiça e a incapacidade de criar. Trata-se de um exército de intelectuais de plantão, sempre a postos a defender a higidez do sistema e a refutar qualquer sinal de afirmação dialética a desafiar o pensamento posto. Neste sentido, a acomodação se torna realismo. Modismos e slogans passam à condição de paradigmas.

Neste exato contexto, a mídia, em suas diversas facetas, também desempenha relevante papel nisso tudo. A ideia de que vivemos a “era da comunicação” dá a entender que a comunicação se multiplica em uma rede cada vez mais ampla e difusa. Tal rede é, de fato, cada vez mais ampla, mas é, ambivalentemente, mais concentrada, tanto no que diz respeito ao seu controle, quanto aos conteúdos transmitidos. Deste modo, numa clara inserção mercadológica, a liberdade de expressar-se tornou-se tão cara, com o custo crescente dos meios, que a comunicação de massas tem sido uma forma de cada vez menos gente dizer cada vez menos coisas a um número cada vez maior de pessoas, reduzidas à passividade. O desenvolvimento dessa indústria, feito sem controle social, tem-

⁷ FURTADO, Celso. Brasil a construção interrompida. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 40.

se tornado um obstáculo à ação comunicativa das pessoas entre si. Vale frisar que a emergência de meios alternativos de comunicação social abre a possibilidade da veiculação de ideias por parte dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, entretanto sem o alcance que os meios representantes do mercado.

Verifica-se, num processo crescente, cada vez mais gente é expulsa da sociedade civil, relegadas à marginalidade, há um retorno à uma espécie de "estado de natureza", que é o estado da necessidade, marcado pela exclusão e por uma competitividade selvagem e aniquiladora. Diminui o espaço coberto por qualquer forma de contrato social. Perde-se, de forma irreversível, direitos já conquistados ao preço de muita luta, inclusive os mais básicos deles. Conseqüentemente, um grande número de pessoas passam a viver sem identidade social definida. A noção de direitos e deveres se enfraquece, e, de roldão, a cidadania se fragmenta.

O retorno ao estado de necessidade, ao estado degenerativo da dignidade humana, não degrada a existência apenas dos que já foram lançados nele. Nesse passo, no fosso comum da desigualdade social, todas as camadas sociais passam a experimentar uma ansiedade permanente sobre o presente e o futuro, uma tensão contínua. A existência normal torna-se crítica, entra em crise e colapso. A possibilidade do desemprego torna-se iminente, a insegurança diante da violência onipresente, a preocupação com o desamparo em caso de doença ou a chegada da velhice, as dúvidas sobre o futuro dos filhos, tudo isso forma um cotidiano de miséria material abrangente que a todos atinge.

Diante da instabilidade e crise, desaparece a ideia de que a vida pode e deve ter um horizonte amplo, sólido e aberto. Nesse contexto, predomina a sensação de desgoverno das expectativas, de desestruturação social. Reina o sentimento de que tudo se torna precário. Descortina-se a sensação do provisório, do frágil, do especulativo, e a incerteza cruel se torna o pano de fundo que preside as ações. Programaticamente, a expectativa de ricos e pobres diferenciam-se: as elites sempre pensando no próximo bom negócio; o povo, na estratégia de sobrevivência do próximo dia. Há um descompasso total de expectativas.

Diante do quadro que se desenhou até aqui, é ilusório imaginar que uma sociedade possa ingressar em um período histórico com tais características sem enfrentar turbulências ou transformações mais ou menos traumáticas. Este é o maior sintoma da crise, qual seja, da realidade cotidiana nua e crua. Pois pertence à natureza das crises que uma decisão esteja pendente e não tenha sido tomada. A solução permanece incerta, mas é certa a transformação das circunstâncias vigentes, transformações estas, ambivalentemente temidas ou desejadas, dependendo da classe social que a invoca. Desta forma, presente-

se que o fim do estado atual é necessário, embora não se saiba quando ou como.

A crise se manifesta no nível das instituições, aparece também em formas degeneradas, como a violência, ou mesmo em forma organizada, tais como nas ações dos movimentos sociais. Aliás, estes últimos caracterizam-se pelo potencial de catalisar a energia necessária para a construção de uma contra-hegemonia, que precisa ser ao mesmo tempo intelectual, ética e política. Emerge aqui um novo horizonte, capaz de revelar que por mais forte que pareça ser, a ideologia dominante não consegue alcançar tudo, nem redefinir todas as possibilidades do agir, do ver, sentir e pensar. Dialeticamente, a vida social recria constantemente as fraturas, recompõe processos históricos, muito maiores do que se supõe, por onde a crítica pode penetrar.

No acirramento de classes num embate por hegemonia, nasce alguns questionamentos, um deles é relativo aos grupos dominantes e sobre a fonte de seu poder. Assim, numa cognição superficial, o poder advém da propriedade dos meios de produção, do dinheiro, da propriedade das estações de rádio e televisão, dos partidos cartoriais, meios ilícitos de todos os tipos. Desta forma, compram o que precisam, inclusive consciências à mercê da possibilidade de corrupção.

Doutro lado, a História mostra que enganam-se os que acreditam em uma hegemonia duradoura das forças do *status quo*, e não são poucos os exemplos de suplantação de uma classe por outra. Ainda que pareça o contrário, o projeto econômico que sustenta determinada classe no poder não tem consistência perene, e, muito menos potencial estruturante para a sociedade em prazos longos. No momento em que não for mais possível esconder suas imensas debilidades, e, num claro sintoma de esgotamento, revelarem o sacrifício cotidiano de uma camada grande da população, então desencadeiam-se processos revolucionários e poucas vozes intelectualizadas se levantarão para defender um sistema em ruína. Aqui, abre-se a possibilidade discursiva, retórica e falaciosa das chamadas reformas.

Assim, no momento em que as contradições internas se acirrarem, emergirá a vontade, que hoje é latente, de mudanças que as próprias elites precisam apropriar-se dela, encenando no palco da política institucional a peça teatral e oficial das famigeradas reformas, que são remendos ou migalhas jogadas ao povo para saciar uma fome de transformação radical e sistemática da realidade de exclusão.

Destaque-se a compreensão autoral que somente os movimentos sociais podem lançar-se de forma decidida na construção desse caminho, que pressupõe como base concreta para sua realização a discussão do novo projeto social e econômico, pautado no

ethos concreto do povo brasileiro e não num reclamo hegemônico de uma classe social que pauta os projetos de vida num enquadramento reducionista de um capitalismo predador.

Pensar um projeto nacional significa lançar-se numa empreitada, sabendo, de antemão, que se estará pisando em terreno minado, donde os interesses de classe afloram com predisposição a lançar mão de instrumentos extremos para a manutenção no poder. Como já afirmado, a ideia de que existem alternativas, por si só, são portadoras de uma atitude incômoda, e não só para os representantes oficiais do sistema atual. Razão disso porquê desestabiliza discursos, posicionamentos, simulacros e atitudes que têm justificado o ceticismo, o conformismo, o pragmatismo e todas as demais formas de adesão envergonhadas ao sistema atual.

Vale reafirmar que no campo das disputas hegemônicas, o discurso que sustenta a impossibilidade de se pensar um projeto nacional de desenvolvimento e inclusão social, resiste à sua própria deslegitimação e produz uma desconfiança acirrada e irracional na possibilidade de que haja outro caminho.

A realidade concreta de exclusão social e de marginalização da população de acesso a bens da vida digna, revelam o esgotamento do modelo econômico adotado em escala nacional, regional e mundial. Outrossim, a mera percepção da marginalização em uma profundidade dramática aponta para o campo da utopia de mudança e transformação, que desembocará, necessariamente, na quebra de paradigma do sistema vigente e na adoção de novas formas econômicas de reprodução da vida material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Introdução do presente enunciou-se que se objetivava analisar e problematizar algumas temáticas que envolvem o estado, sociedade e tecnologias, levando em consideração as transformações recentemente experimentadas no contexto global atual, ainda que tenha se restringido a sondar o debate sobre a construção nacional no Brasil.

Metodologicamente, optou-se por dividir o estudo em dois tópicos temas distintos, quais sejam, (1) a questão da comunicação e o seu uso instrumental pelos países ou classes dominantes; e, (2) a problematização que envolve estado e sociedade brasileira diante do desafio estrutural do debate acerca de um projeto nacional de desenvolvimento social.

Em linhas de conclusão, há que se destacar o papel ambivalente que os meios de comunicação social podem representar, pois, se de um lado podem ser instrumentalizados

por uma classe social para manter outra sob seu domínio, de outro, podem potencializar espaços de fluxo de informação e a organização de teias ou redes alternativas capazes de agregar forças sociais num processo de transformação da realidade presente.

Desta forma, aplicando ao momento atual da sociedade brasileira, os meios de comunicação social ou as novas tecnologias sociais de comunicação, a priori, podem se converter em importantes mecanismos para o debate, discussão e aprofundamento de um projeto nacional de desenvolvimento social a partir da experiência concreta dos movimentos sociais que atuam na construção de propostas de reconstrução social. Outra tarefa a ser cumprida pelas novas mídias ou tecnologia é o poder de mobilizar forças sociais e população para agir ativamente neste processo.

Ainda em conclusão final, diante da crise global que se instala em escala preocupante, devastando a economia de nações, o desenvolvimento social e o crescimento econômico não decorrerão espontaneamente pela interação das forças de mercado, mas o desenvolvimento social é fruto de uma ação política deliberada e com participação ampla da sociedade. Ocorre que, se as forças sociais dominantes são incapazes de promover essa política, o desenvolvimento exige uma efetiva participação dos atores envolvidos neste projeto e processo. Neste sentido, imprescindível a atuação da população e dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Trad. Juba Elisabeth Levy. São Paulo Paz Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Brasil a construção interrompida**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2008.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

POCHMANN, Márcio. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.